LEI Nº 003 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997

AUTORIZA A FILIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS – MG, NA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO A MICRO REGIÃO DO BAIXO VALE RIO GRANDE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O povo de município de União de Minas – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, decretou e eu, na qualidade de Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 1.997/2000, estabelecendo para o período, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Município para as despesas de Capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

PARÁGRAFO ÚNICO – As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas a que se refere este artigo são especificadas nos anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

- I – Administração e Planejamento;
- II – Agricultura;
- III – Comunicação;
- IV - Defesa Nacional e Segurança;
- V - Educação e Cultura;
- VI – Habitação e Urbanismo;
- VII – Indústria, Comércio e Serviços;
- VIII- Saúde e Saneamento;
- IX- Trabalho;
- X- Assistência e Previdência;
- XI- Transporte.

Art. 2º- As funções constantes do quadro anexo e descritas através do plano governamental, ficam fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 3º- A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada exercício, poderá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual para quadriênio de 1.997/2000.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Poder Executivo, por intermédio da Assessoria de Planejamento, deverá implantar sistema de Acompanhamento da Ação Governamental com vistas à avaliação da execução físico-financeira das metas a que se refere este artigo.

Art. 4º- Anualmente, observando o mesmo prazo fixado para encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo poderá submeter à Câmara Municipal, mediante projeto de Lei, proposta de revisão do Plano Plurianual, tendo em vista reajustá-lo:

- I – às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro;
- II – ao processo gradual de reestruturação do gasto público municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – A reestruturação do gasto público municipal terá como objetivos básicos:

- a- assegurar o equilíbrio das contas pública;
- b- conferir com racionalidade e austeridade o gasto público municipal;
- c- ajustar a execução das políticas públicas municipais, fortalecendo as funções inerentes ao Poder Público, visando ao mesmo tempo, proveito da capacidade gerencial e da eficiência dos Setor Privado.
- d- reduzir a participação relativa dos gastos com pessoal na despesa pública municipal, para possibilitar a expansão dos investimentos governamentais, especialmente destinados à execução de programas de natureza social;
- e- privilegiar as despesas relativas às ações–afim, como meio de aumentar a eficácia do Setor Público.

Art. 5º- Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 1.997/2.000, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais, assim como os planos e programas setoriais e regionais, urbanos e rurais, que vierem a ser executados pela Administração Pública Municipal, deverão guardar coerência com as Diretrizes, objetivos e metas, constantes no quadro anexo.

Art. 6º- Nenhum investimento cuja execução ultrapassar um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 7º- Esta Lei retroagirá a 01 de Janeiro de 1.997.

Art. 8º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de União de Minas – MG, 03 de Fevereiro de 1.997

ANTONIO GUILHERME NUNES
Prefeito Municipal